



Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro

ATA DA 536ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO XIV PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 5ª REGIÃO. Aos doze dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze iniciou-se, às dez horas, a 536ª Reunião Plenária do Conselho Regional de Psicologia - 5ª Região. **Presentes os conselheiros:** Alexandre França, Alexandre Trzan, André Martins, Cláudia Carvalho, Janaína Sant'Anna, Janne Mourão, José Novaes, Juliana Gomes, Juraci Brito, Luciana Affonso, Helena Monteiro, Márcia Amêndola, Maria da Conceição Nascimento, Marília Lessa, Maurílio Marchi, Patrick Alonso, Priscila Bastos, Rodrigo Moura, Simone Garcia, Vanda Vasconcelos e Viviane Martins; **Faltas justificadas:** Agnes Pala, Analícia Souza, Andris Tibúrcio, Cristiano Freitas, Denise Gomes, Fátima Pessanha, Luciana Vanzan e Neide Ruffeil. **1) PONTOS DE PAUTA; 3) INFORMES DOS GRUPOS DE TRABALHO E COMISSÕES; 1) Pontos de Pauta: 1.1. Funcionamento do XIV Plenário:** José Novaes abre a reunião lembrando a organização estabelecida anteriormente e que, para as intervenções, se deve inscrever a fala com o Rodrigo. Marília inicia informando que os indicativos para o Planejamento Estratégico já foram enviados e que se tem um prazo para apresentação do mesmo; Vanda retoma a discussão de se ter componentes das Comissões Gestoras nas reuniões plenárias. Marília informa que essa discussão será ponto de pauta na próxima reunião. Andris retoma a questão das reuniões com os funcionários, pois acha importante determinar a periodicidade dessas reuniões, se serão semanais ou mensais; Helena relembra procedimento de que os pontos de pauta sejam enviados até o prazo previsto. Marília acrescenta que é importante priorizar e estipular a ordem do que será discutido; Helena assinala que consta no Relatório de Gestão do XIII Plenário um balanço da CRDH reforçando a importância da leitura do mesmo, pois aponta a necessidade de retomada das comissões especiais. Entende que tal questão deve ser ponto de pauta e há indicativo para a criação das Comissões Especiais de Saúde, Educação, Justiça, entre outras. Janne levanta a importância da circulação entre as comissões e Alexandre França sugere a inclusão da Diversidade e Esporte; Marília retoma a discussão: o modelo do planejamento é antigo e sugere uma articulação com o CRP-SP para criar um novo. A estratégia seria contratar alguém para proceder ao Planejamento Estratégico em conjunto. Informa que em conversa com o CRP-SP e com o CFP, soube-se que o contratado – Sr. Poletto – é o mesmo que procedeu ao planejamento de 2010 em nosso regional. Marília lê parte do Planejamento Estratégico do CRP-SP e conclui com a fala sobre a importância da autonomia das subsedes e como o projeto político se desdobra nesses espaços. Especifica a necessidade de suporte para adequação do Planejamento e solicita a chancela do plenário para encaminhar cotação para contratação do serviço. Lembra que o planejamento tinha de ser entregue até o dia 30/10 e que o valor estabelecido na Assembléia Orçamentária para utilização em ações políticas deve ser desdobrado nesse Planejamento. Informa ainda que Roner conseguiu estender o prazo de entrega até o dia 20/11; Helena e Janne concordam que será bom construir o modelo com um assessor e Andris aponta que a proposta da



Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro

Marília é bastante interessante; José Novaes corrobora, pois participou do projeto de Planejamento Estratégico duas vezes e julga ser excelente o auxílio; reforça que se tem quarenta dias e lembra que o Projeto pode ser feito em dois dias inteiros, como já realizado em gestões anteriores, talvez num sábado e domingo; Alexandre Trzan aponta a importância de ser realizada uma das reuniões Plenárias na nova Sede, para que os conselheiros do XIV Plenário se familiarizem com o novo prédio e concretiza como proposta realizar a reunião Plenária do dia dois de novembro. **Deliberação:** após votação, o Plenário aprova por unanimidade que se faça uma Reunião Plenária Ordinária para a formulação do Planejamento Estratégico no final de semana dos dias nove e dez de novembro desse ano; é referendada a contratação do assessor – deve ser solicitado ao Roner, controller do CRP-RJ, que seja realizado o contato com o Sr. Poletto para verificar a possibilidade de agendar a reunião para a data citada, na Sede do CRP-RJ; por fim, é solicitada a presença do próprio Roner e do Paulo Henrique, gerente do CRP-RJ. **1.2. Solicitação de auxílio para representação em capacitação:** Alexandre França traz a solicitação do estudante Francisco, que é representante do PSI RIO – grupo de estudantes em psicologia que representa todas as Universidades, e pede auxílio para participar de capacitação vinculada ao CONEP – a faculdade de Direito está propondo uma capacitação para estudantes, no Paraná, no período de 09 a 11/11. Esclarece que o estudante em questão é o colaborador que participou do GT de Emergências e Desastres e este vai representando o Grupo PSI-RIO; Rodrigo pergunta sobre a carta recebida e Alexandre a está enviando para a Plenária; Rodrigo indaga se há reconhecimento da instituição que representa e Alexandre França informa que vai verificar; Alexandre Trzan acha pertinente chamá-lo para conversar e Alexandre França inicia a leitura da carta-convite que é passada para a Diretoria; Marília sugere que se aprove a ida do estudante, mas que ele venha antes ao Conselho para conversar, pois pensa que seria interessante aproveitar a aprendizagem para uma roda de conversa; Novaes informa que o pedido deve ser analisado com cuidado, pois abre precedente; lembra que o Conselho tem como destinatários de sua ação os profissionais, não os estudantes, embora isso não impeça de trabalhar com eles. Conceição acrescenta que é importante estabelecer critérios para dar essa ajuda, para se ter parâmetros quando outros pedidos chegarem; Luciana afirma que será multiplicador se o colaborador for trazer o que aprendeu e discutir no Conselho; acha que isso deve ser condição; Rodrigo aponta que é complicado e qualquer pessoa pode receber o convite; se o estudante realmente representa a instituição, deve vir uma solicitação da instituição que ele representa formalizada; por isso, considera que primeiro ele deve ser reconhecido como representante da instituição; André aponta que se deve cobrar um compromisso da instituição em trazer as discussões para a instituição parceira; acha que deve ser mencionado que é em caráter especial e que não é a política comum do Conselho. **Deliberação:** Plenário solicita que seja feito um contato com a instituição para que encaminhe um documento indicando a representação do



Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro

Francisco; Coletivo deve formalizar o pedido ao CRP-RJ; ainda não está aprovado: A Plenária referenda a decisão da Diretoria Executiva após avaliação das condições. **1.3. 8º Congresso Brasileiro Trânsito e Vida:** Janaína apresenta o evento, que ocorrerá em Salvador, nos dias trinta, trinta e um de outubro e primeiro de novembro, e pede ao Conselho o financiamento para a participação no Congresso, por considerar a intervenção importante; Conceição aponta que os critérios devem ser definidos para todas as participações; Andris questiona se toda vez que o conselheiro tenha trabalho para apresentar em Congresso, será critério que este vá representando o Conselho; Novaes informa que não existe um critério e que deve-se trazer como ponto de pauta para a próxima Plenária; **Deliberação:** abre-se então a votação, primeiro quanto a ida do estudante, e com abstenções mantém-se a deliberação outorgando à Diretoria Executiva o papel de analisar e decidir a questão, se debruçando no que for apresentado; abre-se após a votação quanto à ida da Janaína representando o CRP-RJ no Congresso e, por decisão unânime, é referendada a inscrição, hospedagem e diária para a conselheira Janaína Sant'Anna Barros da Silva participar do VIII Congresso Brasileiro Trânsito e Vida, que ocorrerá em Salvador, nos dias trinta, trinta e um de outubro e primeiro de novembro desse ano; **1.4. Criação de um Grupo de Trabalho para a sistematização de uma proposta para a reformulação do Regimento Interno do CRP-RJ:** Helena começa questionando como se pode trabalhar o regimento, que está defasado; informa que se tem de reunir o que já foi discutido e o que ainda se deve discutir, mas nas reuniões plenárias não há tempo hábil para tanto; por isso, sugere a criação de um Grupo de Trabalho que elabore uma proposta de mudanças no regimento para apresentação em Plenária e discussão; acha importante que o GT tenha membros de outras gestões, para que haja troca de experiências; Novaes levanta a questão da carga que exige onze conselheiros efetivos para presidirem as comissões permanentes, comporem a Diretoria Executiva, etc. Durante o XIII Plenário, perdeu-se muitos conselheiros, sobrecarregando os que restaram; indica como a primeira mudança a ser realizada no Regimento Interno a necessidade de retirar a exigência da coordenação de algumas comissões por conselheiros efetivos, para que também possam ser coordenadas pelos suplentes; com o início da nova gestão perdeu-se a urgência, mas acha interessante essa mudança. Concorda com a formação do GT e se propõe a participar, mas acha que deve ser estabelecido um prazo para que se leia o Regimento e se façam as propostas de modificação; Helena também se propõe a participar; Rodrigo indaga a quantidade de pessoas que devem formar o Grupo e José Novaes propõe que sejam três pessoas mais antigas e um novo; Alexandre França concorda que ter pessoas sem experiência é importante para adquirir esse aprendizado e também se propõe a participar; Viviane pergunta se os conselheiros que não estão participando do GT podem contribuir e a resposta do Plenário é afirmativa; Novaes acrescenta que o GT não é decisório: toda proposta de alteração será discutida em Plenária; Janaína sugere que, antes de iniciar o trabalho do grupo, todos os conselheiros leiam o regimento e



Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro

enviem sugestões. **Deliberação:** Plenário referenda a formação de um “**Grupo de Trabalho para Revisão do Regimento Interno**” com quatro integrantes: Helena Monteiro, José Novaes, Alexandre Trzan Ávila e Alexandre França e o Grupo deverá apresentar as propostas para discussão em Plenária após o prazo de **seis meses**; Alexandre Trzan faz um rápido informe sobre um e-mail enviado pela atual presidente do Conselho Federal, Mariza Monteiro Borges, questionando o próprio Conselho Federal; comenta que a nova gestão terá dificuldades de comunicação e informa que enviará o e-mail a todos; **1.5. Comissão Gestora e colaboradores:** Simone traz o questionamento da oficialização do Grupo de Trabalho da Subsede da Região Serrana como Comissão Gestora, assunto que já havia sido discutido e aprovado anteriormente, mas, como não saiu em ata, não houve a oficialização; pergunta também sobre o que se deve fazer a partir de agora em relação à portaria dos colaboradores, já que todas foram invalidadas com a mudança de gestão; Janaina complementa perguntando se a Rosilene precisa ter portaria; Marília informa que todo colaborador do CRP-RJ deve possuir portaria; Alexandre Trzan complementa informando que todo colaborador deve estar ligado a uma Comissão ou GT; Novaes solicita que cada coordenador ou presidente de Comissão envie a lista atualizada para a Diretoria Executiva com a relação dos colaboradores para confecção das portarias, pois na reunião plenária do dia 01/11 o Plenário referendará esses nomes com efeito retroativo à 28/09/13. **Deliberação:** O plenário estabelece que a partir de hoje o Grupo de Trabalho da Região Serrana é instituído como Comissão Gestora da Subsede; solicitada a verificação da portaria com a advogada Célia; também referendado que cada presidente ou coordenador de Comissão deve encaminhar para a Diretoria Executiva a lista de seus colaboradores, a fim de que sejam instituídos. Janaina traz a solicitação de acréscimo como ponto de pauta à próxima Reunião Plenária a criação de um Grupo de Trabalho para a região de Macaé e Rio das Ostras e solicita que seja ponto de discussão também para a CIRD. **1.6. Representação no Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade – vacância na suplência com a saída da ex-conselheira Giovanna Marafon:** Helena informa que, desde a saída da Giovanna, não se oficializou no Fórum esse documento; propõe que o André Martins assuma a suplência; informa que no Relatório de Gestão fez-se um parágrafo resumido dos projetos e pesquisas e da série de ações que o GT de Medicalização deu início; apontou a importância de se criar uma estratégia no Rio de Janeiro para se discutir a Medicalização; quanto à representação nacional, lembrou que a agenda de encontros Nacionais vai até dezembro; comenta que a Nira nunca recebeu pelas reuniões as quais participou por falta de portaria; informa ainda que ela própria e Nira estão indo por conta própria para concluir a revisão do Regimento do Fórum; questiona se não poderia ser criada uma portaria pela Comissão de Direitos Humanos; Janne está de acordo. Helena relembra que foi aprovado numa plenária da gestão passada o ISBN (cadastro na Biblioteca Nacional) e que fosse feita a publicação dos Anais do III Seminário e uma tiragem do livreto das recomendações das práticas não



Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro

medicalizantes para distribuir para a Saúde e Educação; informa que o livreto já foi distribuído em São Paulo e em outros estados, mas não no Rio de Janeiro. Comunica que há um indicativo para se realizar o próximo Seminário no Rio e complementa que a outra opção seria a Bahia; acrescenta que o presidente do CRP-BA é do núcleo de Medicalização; julga que a realização do Seminário no Rio vai exigir uma grande mobilização em 2014 e prevê que, para se montar um Seminário, seria necessário um ano de antecedência; propõe então que no próximo ano se realize na Bahia e, no ano seguinte, aqui; informa ainda que se pretende realizar o Seminário todo ano e que pretende agregar a FIOCRUZ, que será um parceiro de peso; teme que não se consiga realizar o necessário no curto espaço de tempo que se terá para tanto; Marília corrobora e acha que se deve acolher a idéia, comentando que a Helena está à frente e, se está dando esse indicativo, avalia que seria melhor a realização do Seminário no Rio em 2015; levanta a proposta de neste ano se incrementar à Mostra de Práticas e ao Seminário dos Direitos Humanos; André complementa que a decisão deve ser rápida e, diante de uma negativa da Bahia, haverá a necessidade de se debruçar na organização do evento; Marília lembra que se deve constar do regimento interno as regras para as Comissões Gestoras; Novaes acrescenta que se deve estabelecer o número de colaboradores; Viviane informa que na CIRD não passarão de cinco; Simone comenta que acha que a CIRD deva entrar no Regimento como Comissão Permanente. **Deliberação:** Foi referendado que seja providenciado junto a Comissão de Comunicação o ISBN (cadastro na Biblioteca Nacional) e que seja realizada a publicação dos Anais e a tiragem do livreto; após votação com duas abstenções, foi referendada a portaria da Nira de Kaufman como colaboradora da Comissão de Direitos Humanos; por fim, referendada a substituição da Giovanna pelo André Martins como suplente. **1.7. Parada Gay no domingo – representatividade do CRP-RJ:** Marília informa que será no domingo, dia treze de outubro, às dezesseis horas, em Copacabana; conseguiu camisas e banner “CRP Presente”; Janne ressalta a questão de que o aumento de assassinatos entre homossexuais, principalmente os pobres, é enorme e isso é uma luta específica; aponta que é uma questão importante de lesão dos Direitos Humanos; Andris sugere um cartaz contra a discriminação e a violência; informa que existe uma luta política, perversa e atravessadora sim, mas a pergunta é se alguém é contra a participação; Novaes lembra que faz muito tempo que o Conselho apóia as campanhas LGBT, mas se deve tomar o cuidado de não ligar o nome do CRP-RJ a qualquer grupo ou ONG, pois acha que isso não cabe. **Deliberação:** Plenário referenda a utilização das camisetas para a passeata da Educação, na terça-feira, dia do professor, quinze de outubro, às dezessete horas, com o banner de apoio; referenda a utilização da camiseta na Parada LGBT, informa-se a utilização de seis camisetas; **1.8. Região Norte Noroeste:** Luciana tem recebido muitas demandas dos psicólogos da região e as tem encaminhado solicitando que seja formalizada a demanda para que o Conselho esteja ciente e que seja levada à discussão; quer que as pessoas da região descubram o que é o CRP-RJ e acha



Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro

que existe a necessidade de representação, talvez através da formação de um Grupo de Trabalho; aponta que a representatividade na região é grande; não quer uma Subsede: comenta que se candidatou para colaborar e que os psicólogos é que estão com essa demanda; gostaria de ter a liberdade de enviar um relatório de como tem feito isso, pois representa o órgão na região; não pretende montar uma Subsede, quer apenas saber se está acertando no procedimento que está tomando e ouvir à Plenária; existem expectativas antigas dos psicólogos de virem até o Conselho para falar; quer saber se o procedimento que tem tomado está de acordo com as resoluções; Marília esclarece que as pessoas que compuseram a chapa e são do interior se tornam a referência da Plenária e que receberão as demandas da região; algumas dessas regiões já têm Subsedes e este é o centro para lidar com as demandas de forma mais fácil; Luciana informa que trouxe algumas demandas vinculadas aos CRAS e CREAS da região (Quissamã) e por isso foi encaminhado à subsede mais próxima; mas acha que a discussão não se esgota na Subsede e que deve ser trazida para a Plenária. **1.9. Questão dos psicólogos do Detran:** Janaína inicia o encaminhamento informando que o Sérgio da Subsede de Campos, o Juraci, a Claudete, enfim, todos trazem a mesma queixa e quer saber o que o CRP-RJ vai fazer; questiona qual será o posicionamento do Conselho e não sabe dizer o que é permitido ser feito debruçado na Resolução; Janne pergunta se o CRP-RJ recebe a denúncia anônima e Marília informa que não; a denúncia anônima deve ser feita ao Ministério Público e este encaminha ao CRP-RJ; Maurílio sugere que seja confeccionada uma nota técnica com recomendações para se encaminhar essas questões e Marília informa que isso nunca foi feito; Rodrigo aconselha orientar a formalização da denúncia e, caso o profissional não o queira fazer, deve ir ao MP; Marília complementa que o MP aciona e abre investigação; Janaína comunica que faz mais de três anos que se queixam do assédio moral da coordenadora do DETRAN e que cada vez aumenta mais o nível do dano e não querem se identificar, com medo da retaliação; acha que chegou a um nível descabido e não considera justo que o psicólogo tenha que ir até o MP; Marília aponta a possibilidade de uma fiscalização da COF e questiona se são coisas possíveis de se comprovar; Janaína não sabe se os psicólogos vão querer falar; Janne propõe que se saia da Plenária com uma posição; André Martins questiona se, diante da possibilidade de se abrir uma queixa, não há outro caminho: se há uma denúncia formal que o próprio CRP-RJ possa ser parte num pedido de fiscalização junto ao MP; Priscila levanta a questão de que o psicólogo deve atender ao que está no manual e tem autonomia para isso – pergunta se a nota técnica não é uma forma; André questiona o que o Conselho pode fazer diante do descumprimento da psicóloga que coordena o DETRAN; indaga que caminho se pode tomar e o que fazer diante das denúncias anônimas; então, corroborando com a idéia do Maurílio, levanta uma proposta: que primeiro seja elaborada uma Nota Técnica; num segundo momento, que seja feita a fiscalização e, por fim, que sejam verificadas as medidas cabíveis; Andris considera que seja um caminho parcimonioso; André



Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro

complementa que a fiscalização destacará o que não está adequado; Rodrigo menciona uma situação similar no esporte, em que houve a denúncia ao MP; foram até o local entrevistar os psicólogos e se apontou a possibilidade de se denunciar os psicólogos por descumprir o Código de Ética; Novaes considera que uma das relações mais espinhosas do CRP-RJ e o CFP é com o DENATRAN e DETRAN; lembra dos psicólogos que agora devem ter título de especialista para trabalhar com a psicologia do Trânsito; foi dito que isso não iria ferir o direito dos psicólogos que já trabalhavam e o CONTRAN emitiu uma portaria estabelecendo isso, legislando sobre a profissão de psicólogo e ferindo os direitos dos profissionais; continua dizendo que se está submetido aos poderes dos órgãos que cuidam do trânsito no Brasil e que se tem que ter algo para atuar; não se pode partir de denúncias anônimas e com base no que é dito; deve-se ver o que se pode fazer que seja mais contundente; não dá para ficar parado e se deve verificar se a fiscalização pode ser o mais agressiva possível, tomando cuidado com as conseqüências; Janne retoma a questão da Nota Técnica e acha que a COF deve vir passo a passo e frente à nota é que vai se fazer a fiscalização; Novaes questiona se o Conselho possui argumentos para a Nota Técnica; Janaina argumenta que o psicólogo é livre para atuar dentro de sua ética e considera que, com base nisso se traz a público; a Nota pode sair com esse viés, esclarecendo a nota do Conselho Federal quanto ao número de atendimentos; Rodrigo aponta que se deve lembrar da orientação aos psicólogos e que, a partir de agora, o procedimento deve ser que o profissional formalize um relato do que está acontecendo para o Conselho averiguar; solicita orientação quanto ao sigilo e Marília informa que o denunciado saberá quem o denunciou; Priscila complementa que se fiscalize as clínicas e que se mande ao DETRAN um documento com o que for constatado ou relatado em todas as clínicas. **Deliberação:** O plenário referenda a feitura da Nota Técnica pela COF, esclarecendo os psicólogos que atuam em psicologia do trânsito no Rio de Janeiro, concomitante com fiscalização da psicologia no âmbito do trânsito; **2) INFORMES DOS GRUPOS DE TRABALHO E COMISSÕES:** **2.1. COE:** Márcia Amêndola, que preside a Comissão, anuncia que fez uma verificação em todos os processos e traz o panorama: **2.1.1. Processos para Relatoria/Julgamento:** 15 processos no aguardo. Entende que, para se dar andamento a tais processos, será necessário marcar uma reunião plenária mensal, com dois julgamentos em cada; informa que a plenária para julgamento ético é sigilosa e, portanto, exclusiva. **2.1.3. Procedimentos para suspensão de registro:** alguns processos aguardam apenamento e deve-se decidir qual o critério que se vai adotar; a psicóloga da COE, Juliana Drummond, realizou uma pesquisa com vários conselhos e fez o levantamento dos documentos para a suspensão do registro: o profissional deve vir ao Conselho e entregar a Carteira de Identidade Profissional; a suspensão é pelo prazo de trinta dias, no qual o psicólogo não pode realizar a profissão – a COF, Comissão de Orientação e Fiscalização, deve fiscalizar se o profissional está trabalhando ilegalmente durante esse período; Márcia prossegue com a leitura dos procedimentos e informa a necessidade de



Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro

definir um procedimento padrão a ser adotado pela instituição; aponta também ser necessário que haja aprovação em Plenária e descrição do procedimento em portaria; **2.1.4. Nomeação de Conselheiros para Comissões de Instrução - Deliberação:** O plenário referenda a nomeação dos conselheiros José Henrique Lobato Vianna e Patrick Sampaio Braga Alonso para duas comissões de instrução; **2.1.5. CPD:** Márcia aponta que é fundamental abrir um espaço para entendimento do código; gostaria da presença do assessor jurídico, pois o CPD é construído sob normas jurídicas. **Deliberação:** referendada que seja enviada a cópia do CPD aos conselheiros do XIV Plenário, por e-mail; **2.1.6. Relatoria dos processos:** informa que é preciso definir relatores para os quinze processos a fim de efetuar o julgamento; quem assumir a relatoria terá um prazo de trinta dias para apresentar novo relatório; é possível priorizar o que está pronto para julgamento – vai verificar esses processos com a Juliana; informa que é preciso ficar ciente da necessidade de se assumir a relatoria, pois faz parte do papel do conselheiro; **2.1.7. Leitura de pareceres:** informa que é preciso definir critérios para a leitura dos pareceres: primeiro há o sigilo, por isso só podem estar presentes os conselheiros e os colaboradores da COE; em segundo há o impedimento e, por isso, na apresentação do processo, deve-se verificar se tem algum conselheiro relacionado com as partes – este será impedido de votar; continua informando que se tem leitura de parecer dos processos de dois mil e onze e que não houve andamento nos processos de dois mil e doze; informou ainda que se tem 20 denúncias aguardando processo de 2013 (são 23 denúncias por ano, em média). **Deliberação:** referendada a realização de uma Plenária para leitura de pareceres no dia 23/11, sábado, das 10:00 às 18:00 horas, no auditório do CRP-RJ, para o qual é solicitada a presença de Juliana Drummond, psicóloga da COE; **2.1.8. Leitura de parecer do Processo 027/10:** Parecer de arquivamento de processo ético. **Deliberação:** APROVADO. **2.2. Comissão de Licitação:** Cláudia, conselheira que assumiu a Comissão, traz os informes dos itens que estão em andamento na Comissão: **Telefonia:** será realizada através da modalidade convite e o certame está marcado para o dia dezesseis de outubro, às quatorze horas; foram enviados três convites nessa quinta-feira; **Serviço de Táxi:** o objeto é a contratação de empresa para atender ao CRP-RJ; será realizada através da modalidade convite e o certame está marcado para o dia vinte e três de outubro, às quatorze horas; os convites ainda serão enviados e o serviço abrange todo o estado do Rio; Marília acrescenta que ficou surpresa quanto ao prazo de 45 dias que o setor jurídico pede para o esclarecimento de dúvidas, o que emperra os processos, e aponta a necessidade de se procurar o setor para saber o que acontece; Cláudia afirma que os documentos elaborados e o trâmite para tanto seguem o que está na lei de licitação e José Novaes aponta que a lei dita os procedimentos, não os prazos; Marília pergunta se cada comissão estabeleceu o tempo que precisava para responder e Cláudia informa que foi respeitado o que estava na lei, tentando adaptar-se à realidade do Conselho; porém, vai verificar; Janaína expõe que, já que o processo todo tem um prazo,



Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro


quando sai do setor de licitação deveria ter um cronograma que seja respeitado em defesa desse prazo; Marília lembra que a licitação de Segurança começou em março e ainda não terminou e Helena complementa que a licitação da gráfica levou um ano; Cláudia aprecia a idéia e Janaina complementa que deve sair da Diretoria Executiva a informação sobre o cronograma a ser respeitado; **Vales Refeição e Alimentação:** três empresas se classificaram; a primeira, POLICARD, tinha um prazo de 30 dias para apresentar a rede de credenciamento, o que foi feito no último dia e, após verificação da Comissão de Licitação, a empresa não conseguiu cumprir a exigência; após publicação em ata de julgamento, foi chamada a segunda colocada – a empresa GREENCARD, que teria os trinta dias para apresentar a rede credenciada e o fez na sexta-feira; agora a Comissão tem dois dias para verificar a informação; **Segurança Armada:** o certame está marcado para o dia sete de novembro, às quatorze horas; a comissão preparou o projeto básico para que o processo licitatório caminhe sem problemas; Janne questiona se tem pessoas com expertise para as compras e sugere que, para certas situações, que se tenha alguém que entenda do assunto; Marília informa que se utiliza o setor de referência e que, caso não se dê conta, a lei permite que seja contratado um especialista para isso; Vanda aproveita a oportunidade e solicita esclarecimentos para as Subsedes quanto aos pedidos de compra, pois já foi feito há algum tempo e questiona o que está emperrando; Cláudia vai buscar a informação, mas acha que não é mais com o setor de licitação, devido à dotação orçamentária; Novaes aponta que o assunto está na gerência; Alexandre Trzan informa que o Conselho pode gastar até oito mil reais em compras sem licitação e que se estourou esse valor por muitos anos com outras urgências e as subsedes não puderam ser atendidas por esse motivo; Juliana pergunta qual é o período de gasto desse valor e Cláudia informa que é anual; Viviane aponta o fato da bibliotecária ter solicitado estantes e ainda estar aguardando, com os livros já limpos; Alexandre Trzan sugere verificar com o gerente Paulo Henrique e o Roner se tem o solicitado na sede ou se pode resolver-se com urgência; **Mobiliário:** o pedido está no setor de compras para avaliar-se qual a modalidade que será utilizada; está sendo cotado para usar-se convite ou concorrência; Viviane pergunta se há um prazo e Cláudia afirma que vai acompanhar; **Eletroeletrônicos:** só uma empresa se apresentou e esta só forneceria seis itens dos trinta existentes no processo; Alexandre França pergunta se na licitação de eletroeletrônicos tem pedidos para novos televisores, já que as que o Conselho possuem estão antigas, e pedidos para aparelhos de DVD com entrada USB; Cláudia ainda não teve tempo de se informar sobre todos os objetos e vai verificar; o que não tiver sido solicitado, tem que se haver demanda: deve ser elaborado o projeto básico; Márcia questiona se reparos também são com a Comissão de licitação, devido a um vazamento na COE; José Novaes informa que o processo licitatório está atrelado à obra da nova sede, incluindo as obras necessárias às subsedes; está sendo feito o Projeto Básico para a Licitação; Juraci pergunta se existe alguma empresa que faça a manutenção e Marília informa que pode se utilizar a



Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro

dotação orçamentária para tanto, desde que o objeto não esteja sendo licitado; Helena levanta que é uma incoerência ter a bibliotecária sem estantes e que este tem sido o funcionamento; esteve na subsede de Nova Iguaçu e constatou a precariedade; acha que a gestão tem uma dívida para resgatar com as subsedes; aponta que se deve pensar em procedimentos para o funcionamento da Plenária e que se deve estabelecer antecipadamente o que será trazido. **Deliberação:** Fica acordado que Cláudia realizará, juntamente com o Paulo Henrique e o Roner, um levantamento de todas as licitações em trâmite, incluindo objeto e prazo; essa informação deverá ser enviada ao plenário por e-mail. **2.3. CRDH:** Janne inicia o informe anunciando que todos podem participar e se aproximar para trazer idéias; avisa que a próxima reunião da Comissão será na quarta-feira, às dezoito horas, no auditório da Sede; esse ano pretende se organizar e resolver o que for urgente e tem muitas idéias para o ano que vem; Alexandre França e Priscila levantam a questão do Grupo de Diversidade Sexual que acabou e Janne esclarece que a Comissão de Direitos Humanos pode abrigar esses Grupos, pois o tema é transversal; pretende circular, mas adverte que não dá para definir que tudo é Direitos Humanos; deve ser feita uma organização para criar um espaço convidando as pessoas que queiram iniciar um trabalho; Rodrigo lembra do Grupo de Pessoas em condições de Rua e outros grupos que também acabaram; Janne aponta que a idéia do Grupo de Trabalho é uma prática não permanente: precisou, cria-se o grupo, faz-se o trabalho e encerra-se o grupo em questão; levanta as idéias para 2014: inicia dizendo que o Brasil pode “descomemorar” os 50 anos de Golpe Militar: o tema pode envolver questões das mulheres, negros, homossexuais, enfim, todas são questões de Direitos Humanos e pretende criar um intercambio e trabalhar com todos; Simone levanta a idéia de se criar um Grupo de Trabalho de Direitos Humanos nas subsedes; Janne diz que talvez seja possível a criação de núcleos, pois não poderá estar efetivamente em tudo e que grupos podem proliferar; estes não precisam pertencer à Comissão de Direitos Humanos: podem-se estabelecer intercâmbios, haver mobilidade; Luciana informa que gosta da idéia, mas acha que agora não é o momento, pois é mais importante traçar diretrizes e pensar no futuro; Janne acrescenta que as diretrizes devem ser pensadas com leveza; informa que o CRP-RS está unindo forças com Universidades e criando um espaço popular para fazer eventos interessantes – acha que o Conselho do Rio de Janeiro deve aproveitar esse momento político para promover intervenções, novidades e produzir reflexão para o momento da categoria. **Deliberação:** O plenário referenda a reserva do Auditório para a Reunião da CRDH no dia 16/10, quarta-feira, às 18 horas; a solicitação de reserva deve ser encaminhada para o setor de competência, copiando Helena Monteiro e Janne Calhau. Encerrada às 18 horas. //


JOSÉ NOVAES
Conselheiro-Presidente


RODRIGO ACÍOLI MOURA
Conselheiro-Secretário
Rodrigo Acíoli Moura
Conselheiro-Secretário
CRP 0533761